

Nos cadernos, as marcas da imigração



Zeila de Brito Fabri Demartini

Professora Doutora da Pós-Graduação em Educação/
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Pesquisadora do CNPq e do
Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU –USP).

zeila@usp.br

ceru@usp.br

a presença de grupos de diferentes origens sócio-étnico-culturais em terras paulistas marcou o campo educacional em muitos aspectos, tanto na distribuição e características das escolas como, principalmente, na convivência de modelos e orientações ideológicas, teóricas e pedagógicas diversas em um mesmo tempo e *locus*. Este artigo focaliza a temática dos cadernos de imigrantes e descendentes que freqüentaram diferenciadas escolas paulistas, procurando verificar como registraram as marcas da cultura escolar eurocêntrica que o Estado brasileiro procurava impor a todos, mas também as especificidades e resistências de cada grupo étnico-cultural.

Os cadernos e documentos produzidos nas diferenciadas escolas paulistas registraram as marcas da cultura escolar eurocêntrica que o Estado procurava impor a todos, mas também as especificidades e resistências de cada grupo. Os escritos das crianças, jovens e adultos

constituem registros autobiográficos de seus processos de formação escolar, permeados pelas teias de significados atribuídos pelos respectivos grupos à escola, suas formas de preservação da cultura própria, dos vários nacionalismos, assim como as tentativas de inserção na sociedade mais ampla. Através deles poder-se-ia observar, ao lado da cultura escolar eurocêntrica hegemônica, o modelo escolar oriental diferenciado das escolas japonesas, as resistências ao apagamento das tradições e culturas nas escolas germânicas, italianas, indígenas; ou seja, permitiriam apreender a complexidade constituinte do campo educacional.

1 Imigração e educação

A temática da imigração tem merecido atenção crescente por parte de estudiosos brasileiros, no sentido de compreender as tramas que envolveram e continuam envolvendo a constituição da população brasileira, marcando profundamente as relações e vivências sociais. Como já observamos em outros estudos (DEMARTINI, 2004a), a imigração é um fenômeno que marca indelevelmente as sociedades envolvidas, tanto a de partida como a de adoção (SAYAD, 2000).

Os dados sobre a população brasileira indicam que historicamente ela se constituiu como uma população que se deslocou internamente, constantemente, assim como incorporou e continua incorporando grupos de imigrantes provenientes de várias regiões do mundo. Os deslocamentos

internos e as levas de imigrantes que chegaram aos milhares durante séculos são, recorrendo à expressão de Sayad, marcas definidoras de nossa população (SAYAD, 2000, p. 10).

Os dados apresentados em sistematização por Bassanezi (1996, p. 13) permitem constatar que, embora variando numericamente, os imigrantes entraram nas diferentes províncias e estados brasileiros, sendo, portanto válido pensar na problemática da imigração com relação a todas as regiões brasileiras. Algumas áreas, entretanto, tornaram-se historicamente as principais áreas receptoras: primeiro São Paulo, depois Rio de Janeiro e estados do Sul. Segundo informações de Bassanezi (1996) foi na região sudeste que os estrangeiros vindos para o Brasil se estabeleceram em proporções muito altas e cada vez maiores: 68,2% em 1872 e 83,5% um século depois, em 1980. Essas duas regiões abrigaram 97% dos estrangeiros arrolados no Censo de 1900 e por volta de 94 a 95% daqueles registrados nos demais censos do século XX.

São Paulo foi o estado que historicamente mais atraiu imigrantes de diferentes regiões do mundo, em maior número e que aí vivenciaram experiências rurais e urbanas muito variadas; geralmente pelo dinamismo de suas atividades econômicas atraiu (e continua atraindo) grandes levas populacionais provenientes de outras partes do país e do exterior desde meados do século XIX. Nesse estado ocorreu grande expansão da lavoura (especialmente a cafeeira), grande crescimento e diversificação das indústrias, transformação das vilas e cidades, forte crescimento demográfico, urbanização intensa, entre outras mudanças (CAMARGO, 1952; SILVA, 1960). Esse

estado atraiu diferentes grupos de imigrantes desde o século XIX, especialmente portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, alemães. O Quadro 1, abaixo, permite visualizar essas presenças.

Quadro 1 - Estrangeiros no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade (1888 a 1980)

NACIONALIDADE	1888	1920	1940	1980
Portugueses	9.853	167.198	155.251	174.089
Japoneses	xxx	24.435	128.957	89.361
Italianos	13.384	398.797	213.091	60.280
Espanhóis	1.003	171.289	121.162	57.369
Alemães	4.838	11.060	33.397	15.474
Outros	7.747	57.072	110.133	126.871
Sub-Total	29.078	772.779	651.858	396.573
TOTAL	36. 825	829.851	761.991	526.444

Fonte: Atlas da População do Estado de São Paulo (1991)

A imigração é assim constituinte da história de São Paulo; foram levadas pessoas que entraram durante muitos anos, carregando consigo as vivências e as culturas das sociedades de origem. Como diria Sayad (2000, p. 10) “é um território, por definição, de imigração, e no qual a homogeneidade está sempre por construir”. Alguns grupos destacaram-se pela forte imigração no período de 1890 a 1929: portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, além de outros grupos, como os alemães.

Todos os grupos de imigrantes, em maior ou menor quantidade, trouxeram também milhares de crianças em seus deslocamentos (SCOTT, 2001).

Processos migratórios que envolvem crianças trazem necessariamente implicações para o campo da educação. Assim, a presença de grupos de diferentes origens sócio-étnico-culturais em terras paulistas marcou o campo educacional em muitos aspectos, tanto na distribuição e características das escolas como, principalmente, na convivência de modelos e orientações ideológicas, teóricas e pedagógicas diversas em um mesmo tempo e *locus*.

Alguns estudos que temos realizado ou orientado (DEMARTINI, 2003a) mostram que:

*(...) o desvendamento dos processos de escolarização e das teias de significados atribuídos por diferentes grupos em um mesmo locus e período parece permitir uma melhor aproximação e apreensão da complexidade constituinte do campo educacional. Por meio deles podemos observar que, se há uma tentativa de implantação de uma cultura escolar hegemônica (a cultura eurocêntrica), historicamente têm sido diferenciadas as formas de vivenciá-la e as resistências à mesma. Tais estudos têm evidenciado que: 1) os significados atribuídos à escola e ao conhecimento escolar pelos diversos grupos que vieram a compor a sociedade paulista nem sempre foram os mesmos e variaram ao longo de sua história. As teias de significados variaram para um mesmo grupo conforme o contexto em que se inseriu; que as culturas destes diferentes grupos nem sempre foram excludentes; 2) coexistiram, paralelamente a esta cultura escolar eurocêntrica da **escola modelo**, outras culturas escolares: podemos citar aqui a cultura oriental das escolas japonesas; a cultura das escolas criadas pela população negra e a cultura ameríndia em escolas freqüentadas pelos índios, além da cultura camponesa nas escolas isoladas rurais; 3) a **cultura escolar eurocêntrica** não se manifestou neste país de imigrantes de uma forma padronizada, uniforme e pautada nos mesmos valores: cada grupo de imigrantes*

*brancos, europeus, imprimiu nas escolas por eles criadas a marca de sua identidade, diferenciando em território brasileiro a **escola** da cultura ocidental européia; 4) mesmo as escolas que se pautaram por este **modelo** (as escolas do Estado e das ordens religiosas européias) foram significadas de modo diferenciado pelos que as freqüentavam; 5) a **cultura escolar** extrapolava os muros restritivos das escolas, sendo significadas mesmo por aqueles que delas eram excluídos: é o caso dos sitiantes/caipiras e dos negros que também inventaram **suas** escolas, das crianças que inventavam métodos para alfabetizar-se antes de entrarem nas escolas oficiais (p. 143-144).*

Desenvolver um olhar que ultrapasse o que é dado pela historiografia da educação construída a partir das informações do sistema oficial de ensino é fundamental, para que se possa apreender a sociodiversidade e as várias culturas presentes nas escolas.

Para tanto, já sugerimos (DEMARTINI, 2003b) algumas pistas para a pesquisa, tais como: 1) considerar o campo educacional em sua estruturação e propostas nos contextos de origem; tal investigação torna-se fundamental para a apreensão das marcas do sistema educacional do contexto de origem na sociedade de adoção; 2) entender os significados atribuídos pelos imigrantes às escolas e educação propostos pelo país de adoção; as vinculações entre as práticas desenvolvidas em escolas “do grupo” e às desenvolvidas em escolas “nacionais”; a sobreposição da educação nacional do país de adoção à educação proposta pelo país de origem aos seus cidadãos no exterior, os conflitos, estratégias e táticas do grupo imigrante no enfrentamento de tais questões; 3) verificar a atuação das elites das “colônias” na intermediação entre o campo educacional do país de adoção e os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais do

contexto de origem; os direcionamentos ao grupo no país de adoção; 4) explorar a questão da língua: como os grupos vivenciam o aprendizado e o ensino da língua “nacional” e as “estrangeiras”, a obrigatoriedade e necessidade de incorporarem a língua do país de adoção; as relações de poder que se estabelecem através do conhecimento e domínio da língua “nacional” e da língua “estrangeira”; 5) apreender as relações interétnicas que se estabelecem entre imigrantes e nacionais no campo educacional, as trocas culturais que ocorrem entre professores, alunos e pais em escolas “nacionais” ou “de imigrantes”; 6) considerar o que ocorreu no campo educacional em grandes cidades em confronto com o que sucedeu em pequenas comunidades, colônias e fazendas; 7) investigar as vivências e representações das diferentes gerações de famílias de imigrantes e 8) localizar e refletir sobre diferentes fontes no; processo de pesquisa: materiais, orais, escritas (censitárias, pessoais, documentais etc.) e imagéticas; dialogar com o conteúdo das mesmas, explorando as pistas que a complementaridade pode sugerir.

Os cadernos e documentos escolares seriam algumas dessas fontes fundamentais.

2 Documentos escolares e imigração em São Paulo: em busca de cadernos perdidos

A suposição inicial que norteou nossa proposta para reflexão sobre cadernos escolares era de que seria muito fácil encontrar vários exemplares entre os milhares de imigrantes e suas famílias

que chegaram ao Estado de São Paulo, tendo criado centenas de escolas para que as crianças e jovens estudassem (DEMARTINI, 1989).

Mas, onde estariam tais cadernos?

Contrariamente à suposição inicial, entretanto, o que ocorreu (e certamente continuará em curso) foi uma procura incessante pelos cadernos dos alunos de famílias de imigrantes (tanto de escolas dos grupos ou de outras, públicas, religiosas ou particulares), sem que os mesmos aparecessem com a rapidez que se esperava.

Procuramos localizá-los inicialmente entre os japoneses, grupo que pesquisamos no tocante ao campo educacional já há muitos anos: solicitamos buscas nas associações de ex-alunos de escola tradicional existente na cidade de São Paulo (Colégio Pioneiro), de associação de ex-alunos de escola já não existente, mas importante na região de Pinheiros, formada por mais de cem pessoas, no Museu da Imigração, que nesse ano de 2008 comemora, com uma grande exposição, os cem anos da imigração japonesa. Nenhum caderno de ex-aluno era localizado! Também fomos perguntando para todas as pessoas que de alguma maneira pudessem ter contato com imigrantes japoneses e de outras origens (alemães, russos, italianos etc.) em diferentes regiões do Estado de São Paulo, e até no norte do Paraná (fui ficando conhecida como a pesquisadora que procurava “cadernos escolares de imigrantes”). Mas a resposta era sempre a mesma, depois das procuras

por elas realizadas: “acho que foram jogados fora, que pena!”. Alguns, após constatarem a importância que os mesmos têm para a história da educação e a dos próprios grupos de imigrantes, ficavam pesarosos, pois os haviam perdido.

As buscas continuam em curso – há notícias de cadernos escolares de imigrantes italianos que viveram na Colônia do Bairro do Quiririm, no Vale do Paraíba, no local em que hoje funciona um museu. Também há informações sobre os manuscritos da filha do imigrante alemão Müller, que foi o dono da Fábrica de Tecidos Carioba, em Americana (a menina recebeu educação “sofisticada” nos moldes da elite paulista, em casa, através de preceptoras, além do ensino em alemão). Na fábrica também foi criada uma escola freqüentada por muitos imigrantes, mas nenhum caderno escolar foi localizado entre os mesmos. Houve (e continua havendo) empenho de muitas pessoas, vários pesquisadores, nas buscas junto a vários grupos: italianos, alemães, japoneses, portugueses, russos etc.

O que conseguimos até agora? Podemos dividir o material em quatro conjuntos distintos:

- 1) a produção propriamente escolar de alunos e professores de grupos de imigrantes mais antigos, em escolas do final do século XIX e primeira metade do XX, compreendendo:
 - documentos relacionados à Escola Alemã de Friburgo (Campinas)
 - documentos pertencentes a imigrantes japoneses ou descendentes
- 2) cadernos de alunos produzidos na segunda metade do século XX.
- 3) documentos que se referem a atividades extra-escolares de alunos:
 - relatórios de crianças e jovens sobre sua participação em Grupo de Escoteiros (Cotia)

- mangás de uma senhora que gostava de lê-los
- bíblia e outras publicações religiosas em japonês

4) cadernos escolares de grupos de imigração mais recente:

- cadernos de alunos que chegaram há poucos anos em São Paulo, vindos do Japão
- cadernos de imigrantes de outros grupos

3. As marcas das culturas no material localizado

Retomando os materiais localizados, tentamos compreendê-los no período e contexto em que foram produzidos (e guardados).

3.1) No caso dos documentos pertencentes à imigrantes alemães:

Lembramos que os alemães entraram no Brasil e em São Paulo ainda nas primeiras décadas do século XIX, o que foi facilitado pelo casamento do Imperador brasileiro com uma Princesa austríaca. Durante esse século, também facilitou a imigração alemã o decreto assinado ainda em 1808 pelo rei de Portugal, D. João VI (que havia fugido para o Brasil) possibilitando que estrangeiros se tornassem proprietários de terras brasileiras e o de 1820, que se dirigia aos diversos povos da Alemanha e de outros estados (BASSANEZI, 1996). Segundo alguns estudiosos, também na Alemanha alguns fatores impulsionaram a emigração para o Brasil: a

escassez de terras cultiváveis, a alta densidade demográfica em algumas regiões, altos impostos, resistências de artífices e operários ao processo de industrialização, e, também, a propaganda das Companhias de Imigração, que divulgavam as vantagens da vinda para o Brasil (WILLEMS, 1946; SIMSON, 1997).

A imigração alemã para o Brasil constituiu-se como colonização, isto é, a maioria dos imigrantes estabeleceu-se como colonos, proprietários de suas terras, em áreas pioneiras, formando núcleos em que procuravam manter o mesmo tipo de vida da Alemanha. Esse tipo de colonização em áreas homogêneas, com manutenção dos traços culturais alemães, ocorreu mais intensamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estados que até hoje são muito marcados por essa imigração tão antiga (SEYFERTH, 1988, 1990; KREUTZ, 1998). Em São Paulo os imigrantes trabalhavam como colonos sob o sistema de parceria; nesse sistema, não eram donos das terras que cultivavam, trabalhavam para um fazendeiro, com o qual dividiam os lucros da produção, geralmente de café. Em São Paulo também houve várias colônias agrícolas de alemães, mas foram poucos os estudos realizados sobre as mesmas. Segundo Simson (1997), uma das poucas estudiosas da imigração alemã em São Paulo, os alemães que começaram a vir para essa Província a partir de 1846 tiveram a viagem subvencionada pelos fazendeiros de café, que os mantinham ligados às suas fazendas através dos contratos de parceria por eles assinados, que envolviam a mão-de-obra familiar. Muitos alemães enfrentaram problemas com os fazendeiros por

causa desses contratos, que os mantinham presos às propriedades através das dívidas que contraíam. Outros, entretanto, tornaram-se proprietários e foram bem sucedidos fazendeiros.

Vieram também muitos alemães diretamente para as cidades paulistas, onde atuaram como professores, médicos, marceneiros, relojoeiros, comerciantes, operários, funcionários e outras atividades urbanas. Os almanaques alemães que eram publicados em São Paulo traziam propagandas das firmas e dos profissionais que atuavam nas várias regiões do estado.

Todos esses imigrantes e seus descendentes eram geralmente ligados à associações culturais por eles criadas; na região de Campinas e em São Paulo foram criadas Sociedades de Instrução e Leitura, Centros de Ciências, Letras e Artes, Sociedades de Canto, Sociedades de Ginástica etc. Importante também foram as inúmeras igrejas protestantes em torno das quais os alemães se reuniam. A religião praticada por esse grupo enfrentou problemas no contexto brasileiro, com população predominantemente católica; o casamento religioso protestante, por exemplo, demorou a ser reconhecido pelo governo brasileiro o que dificultava na transmissão de propriedades entre os imigrantes.

Muito importantes foram também as escolas criadas pelos alemães, possivelmente as primeiras escolas de imigrantes que surgiram no estado de São Paulo. De acordo com levantamentos realizados por Simson (1993), a partir de dados dos Relatórios Anuais das Escolas Alemãs de São Paulo (elaborados nos anos de 1926 e 1928), várias eram as escolas alemãs na

cidade de São Paulo e em cidades do interior. Já em 1863 foi fundada a primeira Escola Alemã do Estado de São Paulo.

Segundo os Relatórios, na década de 1920 funcionavam cerca de dezessete escolas alemãs em vários municípios (região de Campinas, Araçatuba, Limeira, São José dos Campos, Jundiaí, Leme, Monte Mor, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, Rio Claro, Cosmópolis, Colônia Riograndense), muitas delas fundadas ainda no século XIX. Na cidade de São Paulo, foram arroladas dez escolas, espalhadas por diferentes bairros. A mais antiga era a Escola Alemã de São Paulo, fundada em 1878 e que se transformou durante o século XX em uma das mais importantes escolas internacionais de São Paulo (SIMSON, 1993). Outras ainda estão em funcionamento nos dias atuais, com muitos alunos: o Colégio Humbolt (antiga Escola Alemã de Santo Amaro), o Colégio Imperatriz Leopoldina (antiga Escola alemã de Sant'Anna), entre outras (CANTUÁRIA, 2005). Tais escolas, muitas delas funcionando com apenas um professor, teriam desempenhado ao lado das associações recreativas, culturais e religiosas às quais estavam relacionadas, o importante papel de conservar os costumes e hábitos alemães, mas ao mesmo tempo também atendiam às demandas das famílias no novo contexto.

Em São Paulo as escolas alemãs, como a de outros grupos, supriam as deficiências do ainda precário sistema educacional, que não atendia às necessidades nem mesmo da população nacional, na capital e no interior (DEMARTINI, 1979; 2001). Procuravam também manter o “Deustschtem” (espírito alemão) entre as novas gerações, contratando para tanto professores que

fossem capazes de transmitir a língua, os costumes, as tradições e até a religião do contexto de origem; as festas escolares reforçavam o que era praticado nas salas de aula, pois, segundo Simson (1993), havia um medo do “acabamento” e da perda da capacidade de trabalho e de sucesso em terras paulistas. A afirmação do caráter étnico alemão suscitou debates já no final do século XIX sobre a conveniência da imigração alemã para o Brasil (SEYFERTH, 1988).

Ainda segundo Simson (1993), os alemães queriam mais das escolas, especialmente daquelas localizadas nas cidades: que propiciassem uma profissionalização aos alunos (o que não ocorria nas escolas “brasileiras”) e permitisse ascensão econômica e social; talvez por essa razão, os alemães no estado de São Paulo, mesmo quando residentes em zonas rurais, se articularam com a sociedade citadina, procurando inclusive contribuir com atividades culturais. Muitos atuaram também no campo da política local.

Menos que no sul do país, também as instituições e escolas alemãs paulistas sofreram as restrições da política nacionalista brasileira, especialmente no período da Segunda Guerra Mundial. Mas continuaram funcionando, apesar das ameaças e dos problemas enfrentados. Muito ainda haveria de ser pesquisado para compreender as estratégias desenvolvidas pelos alemães e seus descendentes no enfrentamento das restrições impostas nesse período, em que se tornaram conhecidas também em São Paulo as pressões da Alemanha nazista sobre os imigrantes alemães. É possível até afirmar, com base em entrevistas que realizamos com famílias alemãs na cidade de São Paulo (DEMARTINI, 1993) que nesse período esse grupo sofreu diferentes pressões e teve

que desenvolver estratégias para enfrentar: por um lado, a política nacionalista brasileira que queria eliminar qualquer traço de sua germanidade; de outro, as investidas do governo nazista alemão que não só enaltecia o povo alemão “puro”, mas exigia que as famílias colocassem seus filhos brasileiros a serviço do exército alemão.

A imigração alemã em São Paulo ainda merece novos estudos, mas é possível afirmar que nesse contexto os alemães vivenciaram experiências diferentes daqueles que foram para outras regiões do país. Não é possível, assim, generalizar as experiências por eles levadas a efeito, nem como as políticas imigrantistas os atingiram.

O material coletado que citamos acima refere-se ao acervo da Colônia de Friburgo, localizada em Campinas, atualmente depositado no Centro de Memória da UNICAMP (CMU). Friburgo foi uma comunidade rural formada por trinta e quatro famílias de língua e cultura germânicas que, segundo Simson, pesquisadora que desenvolveu estudos sobre a mesma, apesar de?

(...) haver se desenvolvido numa região adjacente a uma grande e moderna cidade brasileira, a falta de boas estradas ligando-a ao centro da urbe em rápido desenvolvimento, manteve-a bastante isolada até nossos dias. Por isso essa comunidade germânica foi capaz de manter, até os anos 50 deste século o uso cotidiano do “Platt-Deutsch” entre os mais velhos, a prática da religião luterana e hábitos e tradições germânicas do século XIX (SIMSON, 1997, p. 68).

Ainda segundo a mesma pesquisadora,

(...) Conta a tradição local que as famílias que deram origem à atual localidade de Friburgo emigraram para o Brasil a partir de 1851 das regiões da Renânia-Palatinado, Holsácia e Mecklemburgo, além de algumas famílias suíças provenientes do Cantão de Berna, de fala germânica. A pesquisa mostrou, entretanto, que pelo menos cinco dessas famílias faziam parte do primeiro grupo de alemães trazidos para Limeira em 1846 pelo Senador Vergueiro para trabalhar na sua Fazenda Ibicaba, sob o regime de parceria (idem, p. 68).

Como pequenos proprietários, as famílias cultivavam principalmente o café, até a crise de 1929 (além de produtos para o consumo).

O primeiro nome escolhido pelos moradores foi Friedburg, alterado no século XX para Friburgo.

A escola, que é até hoje um prédio muito bem conservado e local em que se realizam os encontros da comunidade, foi construída muito cedo, ainda em 1878:

(...) A construção da escola local foi uma das primeiras decisões da comunidade friburguense. Assim que perceberam que não adiantava esperar pelas autoridades locais eles assumiram a responsabilidade da educação dos seus numerosos filhos. Eles decidiram construí-la no fim do ano de 1878 e para tanto criaram a Associação Escolar. Em outubro do ano seguinte o prédio da escola e a casa para o professor, que viria da Alemanha, já estavam prontos e uma grande festa foi realizada para comemorar essa grande conquista (idem, p. 70).

Foram os documentos dessa escola que encontramos amontoados em uma sala, quando, juntamente com a pesquisadora Olga von Simson, visitamos a comunidade de Friburgo no início dos anos de 1990. A partir daquele momento, o Centro de Memória da UNICAMP iniciou um trabalho exaustivo de levantamento, higienização e transferência dos documentos para o CMU, de modo a preservá-los e poder disponibilizá-los para um público mais amplo. Foi, por meio do CMU, que conseguimos a autorização do Sr. Ricardo Gübel - Friburgo, representante da comunidade, para consultar o acervo e verificar a existência de material escolar para a exposição sobre os cadernos escolares.

Nas três grandes caixas em que estão arquivados, verificamos que a maior parte da documentação refere-se aos livros de atas das reuniões da escola, desde o século XIX. Há também alguns livros de leitura, e documentos diversos, como relação de compras etc.

Mas, aí localizamos preciosos vestígios da prática pedagógica da escola: **um caderno de anotações que se supõe fossem para preparar aulas**, pertencente ao **professor** da escola de Friburgo, com datas de 20 de novembro de 1905 a 1906 (escritas em algarismos romanos) e outro **caderno da aluna Balbina**, iniciado em 1928 e encerrado em 1930; também uma **prova escolar, da aluna Erotide**, de 1938.



Algumas páginas do caderno do professor da Escola de Friburgo

O **caderno do professor** de capa dura, acima, em estado razoável de conservação (foram cortados do caderno as páginas iniciais) contém atividades de diferentes disciplinas, na seguinte ordem das páginas:

- p.3-15: Aritmética: problemas, contas, escritas em português e em alemão;
- p.16-18: Ciências Naturais: textos sobre o Reino Vegetal, escrito em português;
- p.19-20: Texto em alemão;
- p.21-22: Geografia: informações sobre as várias regiões da Alemanha (Kim), em alemão;
- p.23-24: Exercícios de aritmética (páginas com problemas na conservação);

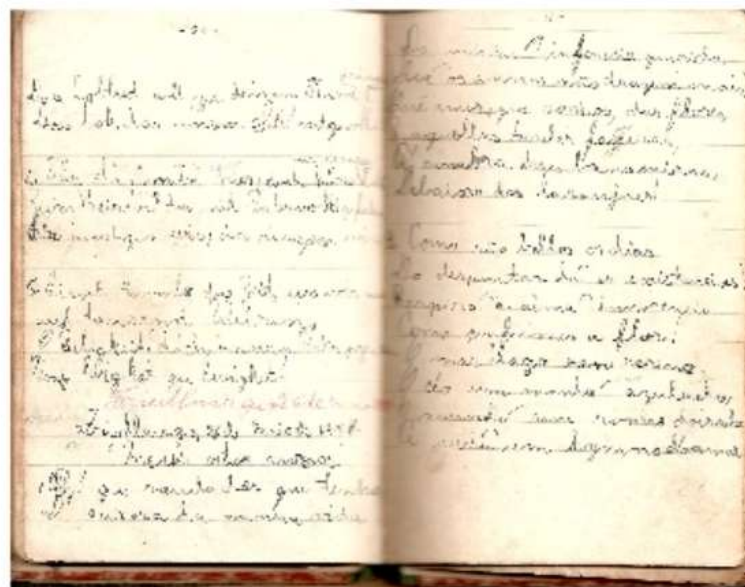
- p.25-26: Texto em português sobre as moscas e as aranhas, contando a história de um príncipe que, durante uma guerra, foi salvo dos soldados inimigos graças a um mosquito e a uma aranha;
- p.27-28: Texto em alemão;
- p.29-31: Poesias em alemão;
- p.32: História em português sobre o leão e o caçador
- p.33-34: Texto em alemão
- p.35-36: Texto em alemão;
- p.37-39: Texto em alemão;
- p.40-41: Texto em alemão;
- p.42-47: Poesia em português – Minha Terra (não consta a autoria, mas corresponde à “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias), laudatória das belezas da terra e da nação brasileira.
- p.47-48: Exercícios de caligrafia (diferentes tipos)
- Não constam as páginas 49 e 50.
- p.51-52: Em alemão, um questionário com dezenove perguntas.
- p.52-53: Em português, um questionário sobre noções gramaticais (oração, frase, sujeito, atributo, verbo, substantivos, adjetivos, pronomes...)
- p.53-56: No final da p. 53 e p. 54 a 56, em alemão, também noções gramaticais sobre substantivos.
- p.56: Em alemão.
- p.57-59: Em alemão, questionário com cinquenta questões.
- p.60-62: Texto em alemão
- p.63: A lápis, difícil para ler, um pequeno texto em alemão
- p.64: Em português, em cada lado da página, as palavras carne e transporte, mas só há alguns seis números anotados na parte ligada à palavra transportes.

As páginas finais do caderno também foram cortadas e não temos explicações para tanto.

Dentro do caderno, também algumas páginas soltas foram encontradas, mas sem numeração que indicassem pertencer ao mesmo: a) uma página com exercícios de aritmética, um problema em português e um exercício em alemão; b) uma página com uma numeração “17”, aparentemente de outro caderno, em péssimo estado, com texto em alemão de um lado e exercícios de aritmética do outro; c) uma pequena página com indicações para compra de livros de gramática portuguesa para o curso elementar, um de Verissimo Vieira, outro de Hilário Ribeiro, de hinos escolares ou métodos de música vocal para uso escolar (todos esses pedidos em português) e de cantigas infantis, em alemão.

No início, há uma indicação de que alguma pessoa traria a encomenda solicitada: em português: “Caso não haja a obra supra indicada, traga outra similar”

O outro **caderno escolar da aluna Balbina Nielson**, foi iniciado em 5 de dezembro de 1927 e assinala, na última página, 7 de abril de 1930 – o caderno tem noventa e três páginas. É um pequeno caderno de capa dura marrom, com o nome da dona na contra capa, além de uma etiqueta onde se lê: “Casa Livro Azul – Campinas”. É um livro de cantigas, escritas em alemão e em português. As canções em português são: Noite Feliz (7 de dezembro de 1927, p. 9 e 10).



Algumas páginas do caderno escolar da aluna Balbina Nielson (Escola de Friburgo)

Segundo o que se observa na página 21, em que há um Programa para a “Weihnachtsfeier 1927 in der Schuli”, a canção Noite Feliz seria cantada como a nona atividade da programação, da qual constavam outras, em alemão.

Só há uma anotação no caderno para o mês de janeiro; as mesmas iniciam-se em fevereiro de 1928 (talvez janeiro tenha sido um período de férias). As anotações que se seguem, da página 24 (4 de fevereiro de 1928) até a página 45, estão escritas em alemão.

Nas páginas 46 a 49, entretanto, em português, aparece o “Hymno da proclamação da república dos Estados Unidos do Brasil”, dividido em quatro partes (estrofes).

Logo a seguir, ainda nas páginas 49 e 50, em alemão, “Loblied” (7 de maio de 1928).

Nas páginas 50 a 54, em 26 de maio de 1928, a poesia tão conhecida no Brasil “Meus oito(s) anos”, em português. Da página 54 a 72, texto em alemão.

No final da página 72 até a 74, em português (24 de julho de 1928), a canção “Minha pátria”, dividida em três partes.

Nas páginas 74 e 75, em alemão, outra canção, no dia 28 de julho de 1928.

Nas páginas 76 e 77, novamente anotações em português: “O bom soldado”, especificando as qualidades para ser um “bom soldado da bandeira do Brasil” (Brasil escrito com “z”).

Nas páginas 77 a 79, novamente anotações em alemão, seguidas nas páginas 79 a 81 do “Hymno da Independência”, em português, com a palavra Brasil escrita várias vezes com “s”.

Nas páginas 81 e 82 (23 de novembro de 1929), canção em alemão.

Na página 83 (24 de dezembro de 1929) o “Programm der Weinatsflier in der Schule”, com indicações todas em alemão.

O caderno foi retomado em 24 de janeiro de 1930, com texto em alemão.

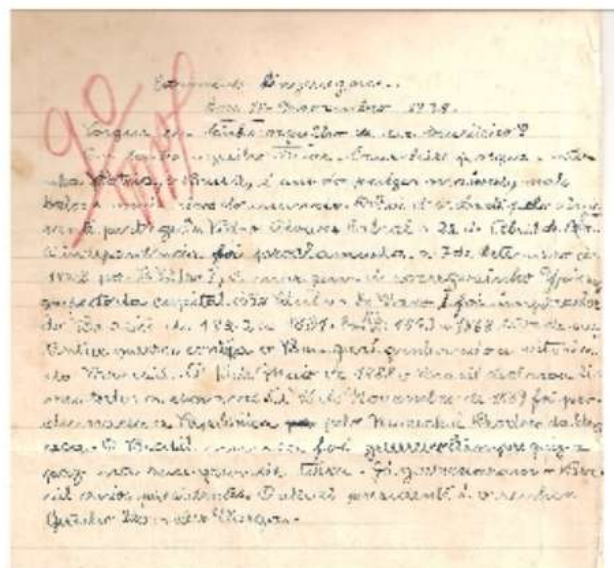
Em 6 de março desse mesmo ano, entretanto, há a anotação em português do “Hymno a bandeira nacional”, dividido em quatro partes.

Da página 87 até a 93 (7 de abril de 1930), última do caderno, só há anotações em alemão.

O que é interessante observar nesse caderno é que algumas anotações em alemão parecem ter sido escritas em grafia diferente (seria em decorrência de treinos?). Dentro desse pequeno caderno há uma página bem antiga, sem data ou qualquer outra indicação, dobrada, com um texto em alemão.

Finalizando o conjunto de documentos, temos uma **prova** realizada em 18 de novembro de 1938 por **Erotides Jührs**, aluna da escola de Friburgo, constando de “Exame de Aritmética”, “Exame de Geografia”, “Exame de Linguagem” e “Exame de História”; a prova foi escrita totalmente em português, em uma folha de papel ao maço, ocupando cada exame uma página, com as respectivas notas atribuídas à aluna em vermelho. O que chama a atenção nesse documento é o conteúdo da avaliação proposta; os exames de Geografia, Linguagem e História são inteiramente

voltados para o território e fatos importantes à nação brasileira. O tema para a redação no exame de linguagem foi: “Porque eu tenho orgulho de ser brasileiro”. A redação da aluna destaca os fatos mais marcantes da história do Brasil, terminando com a sugestiva observação de que “O atual presidente é o senhor Getulio Dorneles Vargas”.



Prova de Erolides Jühns (Escola de Friburgo)

A observação do conteúdo dos documentos acima descritos permite-nos levantar alguns pontos para discussão sobre a forma como imigrantes vivenciavam a experiência educacional a partir de suas culturas de origem, em intersecção com a(s) cultura(as) do país de adoção. Assim, pudemos verificar que:

- as anotações do caderno de 1905-1906 não diferem muito do de 1928-1929-1930 no tocante às línguas neles presentes: nos dois há partes escritas em português, outras em alemão. Considerando que a pressão do Estado brasileiro, e, de modo especial, do governo paulista sobre a educação dos estrangeiros manifestou-se mais claramente só a partir da Primeira Guerra Mundial, e mesmo assim de forma tênue (DEMARTINI, 1979), podemos supor que os alemães de Friburgo tentavam, desde pelo menos o final do século XIX, desenvolver formas de integração na sociedade brasileira. A presença de lições de gramática portuguesa indica a preocupação com o aprendizado dessa língua, fundamental para seu relacionamento com a sociedade mais ampla; nessa direção, também é interessante observar a presença das poesias e contos brasileiros no material, assim como a preocupação em que os alunos aprendessem a pensar e problematizar nas duas línguas.
- a presença da cultura alemã, através da gramática, da literatura, da geografia, da história e dos valores religiosos fortemente presentes nos dois cadernos.
- a ausência de qualquer palavra em alemão na prova de 1938, assim como o tipo de reflexões propostas na avaliação, toda ela laudatória da nação brasileira e até do presidente Getulio Vargas. Não podemos esquecer que foi justamente sob seu governo ditatorial que o controle sobre os imigrantes foi muito intensificado e a política de assimilação dos mesmos desenvolvia-se principalmente através do campo educacional, visando a não constituição ou eliminação de “quistos” étnicos em território nacional (DEMARTINI, 2004b, 2006).

Uma última observação refere-se à análise do material: até o momento não conseguimos realizar a tradução dos textos, pois estão escritos em alemão da época, talvez dialeto.

3.2) Sobre o material referente aos imigrantes japoneses:

Selecionamos para comentar os cadernos de imigrantes japonesas que vieram para o Estado de São Paulo e um caderno escolar de uma nissei (filha de japoneses), nascida em Pompéia, interior desse mesmo estado.

Como está sendo muito veiculado nesse ano de 2008, em virtude do centenário de sua chegada ao Brasil, os imigrantes japoneses foram um dos principais grupos que passaram a constituir, a partir de 1908, a população paulista. Tentando escapar das dificuldades enfrentadas no Japão, a primeira grande leva, cerca de cento e noventa mil imigrantes (1908 a 1941) veio principalmente para trabalhar na lavoura; depois da Segunda Guerra Mundial (1952 a 1979), também entraram cerca de cinquenta mil japoneses, muitos deles com nível técnico no Japão (atualmente, há um movimento inverso, de forte imigração para o Japão, na condição de “dekassegui”) (DEMARTINI, 2006). Estudos têm apontado que foram diferentes as vivências dos que se fixaram no interior, na agricultura, primeiro como trabalhadores, depois como proprietários e dos que, já nas décadas de 1920 e 1930 foram se fixando na região metropolitana de São Paulo, que funcionou como um pólo de atração para toda a colônia. Alguns estudos (CARDOSO, 1972)

mostram como o processo de ascensão sócio-econômica dos japoneses implicou na mobilidade espacial em direção à metrópole: aí se encontravam as melhores escolas (japonesas e nacionais) e as melhores possibilidades de emprego e de investimentos econômicos. Os japoneses sempre atribuíram grande valor à educação e, em São Paulo, não pouparam esforços e investimentos para que as crianças e jovens pudessem ter os melhores níveis de escolarização. Assim, quando não havia escolas públicas, criavam eles suas próprias escolas; em 1932, havia cerca de cento e oitenta e cinco escolas ligadas ao grupo no Estado de São Paulo (VÁRIOS AUTORES, 1992, p. 213). Os imigrantes que vieram para São Paulo já conheciam um processo de escolarização que atingia praticamente toda a população no Japão, com pelo menos seis anos de estudo, desde o século XIX.

Apesar de buscas entre ex-alunos tanto de escolas japonesas tradicionais que funcionaram em São Paulo (como a Escola de D.Akama – atual Fundação Pioneiro) e de associação de ex-alunos de outras escolas que funcionaram em São Paulo e no Paraná antes da Segunda Guerra Mundial, por enquanto, até esse momento, só três cadernos de imigrantes mais antigos foram localizados.

Dois cadernos são de capa dura, com aspecto de bem antigos e manuseados. Suas donas são:

- Takiko Ota - nascida em Izu - Japão em 1922, chegou ao Brasil em 1932. Estudou no Japão até a quinta série. No Brasil, foi aluna do São Paulo Saiho Jogakuin em 1939, onde cursou Corte e Costura, Culinária e Ikebana. O caderno de Culinária é desse momento vivido em 1939.

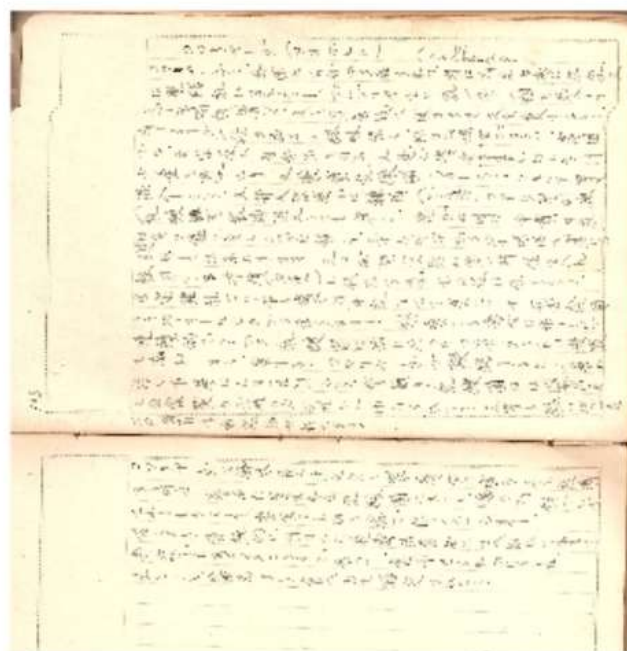
- Ritsuko Fujino - nasceu em Kagoshima (Japão) em 1940 e veio formada ao Brasil em 1956 pelo África-maru. Viveu no Noroeste Paulista por aproximadamente três anos, foi para Ponta Porã (mais três anos) e, juntamente com a família foi para o Paraguai (dois a três anos). Mudou-se para Rondonópolis, onde conheceu e se casou com Nelson Tomeo Fujino (nissei). Casados, mudaram-se para Tupi Paulista, onde vive até hoje. Seu caderno marca seus primeiros contatos com a língua portuguesa.

Os dois cadernos referem-se a aulas de culinária, consideradas atividades que as famílias japonesas acreditavam serem importantes na formação da jovem, preparando-a para o casamento. É interessante destacar que essa dimensão do cotidiano registrada nos cadernos das duas imigrantes – o aprendizado da culinária, assim como do corte e costura e da pintura, não se dissociavam em algumas escolas japonesas do aprendizado da escrita, da leitura, do cálculo e demais conhecimentos escolares tradicionais. Assim, por exemplo, na escola de D. Akama, como ficou conhecida, que foi criada em São Paulo por ela e pelo marido em 1932, inicialmente para o atendimento só de meninas e jovens, ministrando curso de corte e costura:

(...) Em agosto de 1933, as aulas não mais se restringiam a corte e costura, pois havia enfim, tudo o que era necessário para uma futura dona de casa. A escola atendia à clientela da colônia japonesa do interior, sendo que 70% das alunas eram de origem

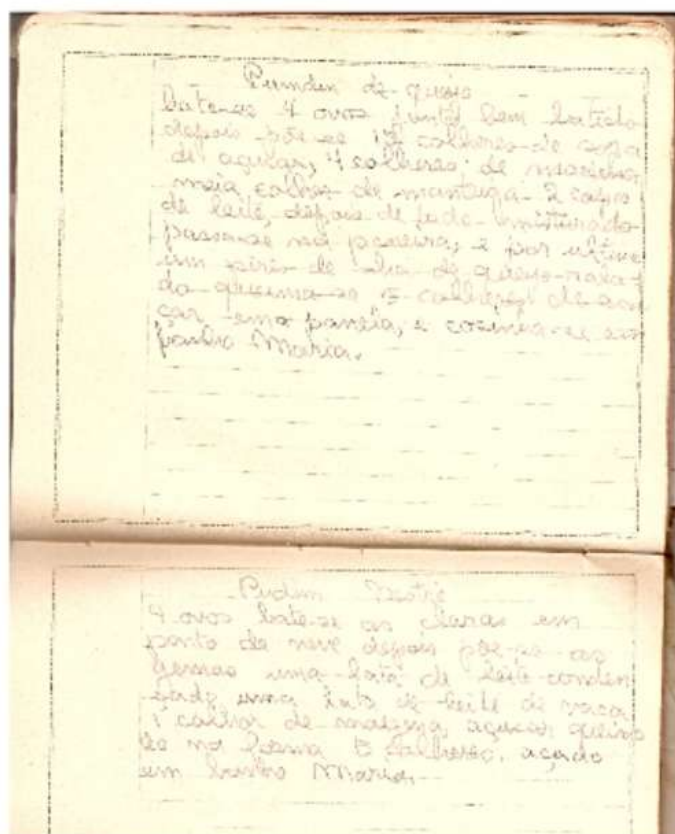
japonesa. A partir de 1935, com a institucionalização dos exames de habilitação do magistério profissional de corte e costura, a escola criou um currículo para preparar as candidatas para tal exame. Aproximadamente quarenta jovens conseguiam aprovação anualmente, e depois abriam suas escolas no interior do estado. (...) Esses cursos que utilizavam o mesmo material do Japão eram rápidos, durando de três a seis meses ou até um ano; o curso de língua japonesa era de quatro anos. Havia professores contratados do Japão, universitários, que davam três horas de aula. As aulas de português eram ministradas por uma professora brasileira. Quando a escola funcionava numa casa alugada na rua Conselheiro Furtado, possuía vinte alunas em média, que ficavam em regime de internato; ao mudar para a rua São Joaquim, o número de alunas aumentou para cento e cinquenta, das quais mais ou menos trinta eram internas e as demais voltavam todos os dias para casa (DEMARTINI, 2000, p. 60-61).

Os cadernos das imigrantes referem-se a esta dimensão da formação das meninas e jovens que permitiam que fossem “boas esposas” e, ao mesmo tempo, que pudessem colaborar economicamente com a família, seja preparando os alimentos ou confeccionando roupas para o uso da mesma, seja vendendo os produtos para outros. Segundo relatos de D. Akama, as jovens que freqüentavam sua escola eram muito bem vistas e requisitadas no mercado matrimonial da colônia japonesa que, naquele período, ainda recorria ao *miai* (casamento arrumado) como prática usual; mas, também, muitas delas abriam suas próprias escolas de corte e costura, ou seus ateliês.



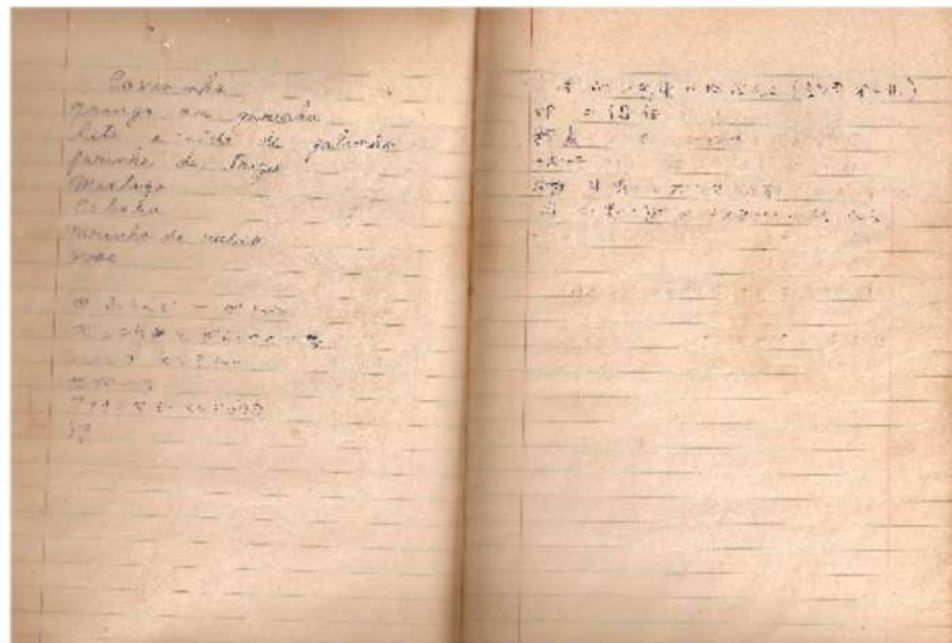
Algumas páginas do caderno de culinária de Takiko Ota.

Um dos **cadernos**, o de **Takiko Ota** é totalmente escrito em grafia japonesa antiga (*kandī*), começando a numeração da página um na última página do caderno (como é habitual entre os orientais). Até a página 106, as receitas estão todas escritas à tinta (caneta com pena) – só há uma palavra em algarismo arábico, na página 103, mas sugestiva das influências do novo contexto: “coalhada” (alimento típico entre os árabes e muito consumido em São Paulo). Nas páginas 109-110-111, duas receitas foram anotadas em português: “Pumdin de queijo” e “Pudim Nestrè” (mas não sabemos se foram registradas no mesmo período). Nas páginas que se seguem, as demais receitas são escritas na grafia japonesa.



No outro **caderno**, o de **Ritsuko Fujino**, as duas grafias aparecem mais intercaladas, receitas são escritas com as duas grafias na mesma linha, assim como receitas só em português (note-se que este caderno já é escrito na direção ocidental). Na primeira página há um desenho com o Monte Fuji; depois receitas com a grafia japonesa; na página 7, uma receita de “Bolo”, com as duas grafias, o que se repete nas páginas 8 e 9, 13, 14, 15, 16; na página 17 há a receita do “Bolo Delícia” com grafia diferente das anteriores, em português, à qual se seguem anotações na grafia japonesa. Na página 19, é interessante observar que a receita do tradicional prato de *Yaki Soba*

tem os ingredientes anotados em português, seguido de anotações em japonês. O mesmo ocorre com a receita de “Coxinha” (“coximnha”) da página 20. Depois seguem-se várias receitas grafadas em japonês, aparecendo na página 37 a receita de *Yakimandiú* em português, seguindo-se outras páginas com receitas em japonês. É interessante anotar que as receitas escritas em português registram geralmente o modo como os japoneses se expressam oralmente, incorporando na escrita as dificuldades para a pronúncia de certas sílabas das palavras, tais como: bala (bara), cebola (cebora), porco (paruco), galinha (garinha). Dentro desse caderno, havia uma carta vinda do Japão há oitenta e oito anos, também escrita na grafia japonesa.



Algumas páginas do caderno de culinária de Ritsuko Fujino.

Constata-se nos cadernos de culinária que a escrita nas duas línguas parecia ser habitual. Há receitas em grafia japonesa (*kandî*), na maior parte, e outras em português. Evidenciam assim, que as alunas aprenderam a escrever e a ler nas duas línguas e nos dois códigos, embora estivessem se preparando prioritariamente para serem boas “japonesas”. Mas, podemos supor que, naquele período, o “ser japonesa” em São Paulo já estava incorporando algumas especificidades que as diferenciavam das que residiam no Japão – entre elas, talvez a possibilidade de se profissionalizarem; e, assim, saber relacionar-se nas duas línguas era importante, pois, tanto na área metropolitana como no interior, as relações com pessoas de outras origens étnico-culturais já era freqüente, mesmo entre os japoneses que viviam em “colônias” (DEMARTINI, 2000). Algumas páginas ilustram bem as duas grafias, assim como a incorporação de “novas” receitas, além das habituais na culinária japonesa.

O terceiro **caderno** mencionado, do ano de 1958, pertence a **Hissako Kojima**, que nasceu em Pompéia, cidade do interior de São Paulo, em 1940, tendo freqüentado lá o primeiro ano do grupo escolar particular de Dona Nélia, porque não conseguiu vaga no Grupo Escolar de Pompéia, no qual cursou do segundo ao quarto ano; ainda nessa cidade freqüentou o Ginásio Estadual e a Escola Normal (1º e 2º ano). Depois transferiu-se para o colégio estadual Doutor Otávio Mendes, pois no início de ano de 1950 a família mudou-se para São Paulo para possibilitar melhor educação para seus filhos. Após terminar o colegial, cursou Farmácia e Química na Universidade

de São Paulo (e também Saúde Pública na mesma universidade). Além das escolas brasileiras, ela freqüentou também escolas de japonês: a escola particular de Prof. Minami (em Pompéia); como estava no meio da Guerra, não foi uma escola sistematizada e assemelhava-se mais a aulas particulares; também a escola de japonês de Quarto Centenário (em São Paulo). Essa foi uma escola particular organizada pelo pai dela e por amigo da família; eles foram buscar crianças japonesas nos bairros vizinhos e, quando tiveram 50 candidatos, alugaram uma casa e contrataram professores japoneses.

A aluna guardou seus cadernos de matemática, história natural e química do curso colegial, referentes aos anos de 1957 e 1958; neles estão registradas todas as atividades escolares desenvolvidas nessas disciplinas. O importante para nossas reflexões, foi o registro anotado no caderno de matemática, do então segundo ano científico: trata-se do **rascunho de uma carta** dirigida ao Sr. Uchiyama, solicitando sua colaboração para que estudantes japoneses pudessem melhor conhecer a cultura brasileira. Transcrevemos abaixo a carta, que diz muito sobre a preocupação da segunda geração de nisseis, em continuar dialogando com o contexto de origem do grupo e permitir que também o contexto que adotaram se tornasse conhecido no Japão:

São Paulo, fevereiro de 1958.
Prezado senhor Uchiyama,

Venho pedir através desta um grande favor, não por mim, mas sim por alguns estudantes japoneses. Creio que o senhor não pode entender ainda a questão; é o seguinte eu, sendo um estudante do curso científico tive varias relações com estudantes do exterior e também fui apresentada não sei como, a várias casas de correspondências culturais. Desta maneira vários professores de inglês do Japão pediram-me correspondências a seus alunos, até agora pude satisfazê-los, apresentando às minhas colegas e assim quase que o meu colégio já possui correspondências exteriores.

Presente momento chegaram quase 100 pessoas pedindo-me semelhante gênero de serviço, e como estou em férias não poderei comunicar com os colegas e venho como assídua leitora do jornal, respeitosamente pedir sua colaboração, isto é, gostaria que o senhor anunciasse em qualquer parte do jornal (em japonês. ou português., o que fosse mais eficiente) mais ou menos as seguintes condições: - mais ou menos 100 estudantes dos 200 japoneses de curso secundário (grafia japonesa) a maioria de seus 16 anos desejam corresponder-se com estudantes daqui para o fins culturais (troca de idéias sociais e costumes) . De preferência em língua japonesa ou inglesa.

Os interessados deverão se dirigir à Hissako Koj.

Sr. Uchiyama, se acaso não puder ser publicado gostaria que me avisasse, pois eu como responsável por todos esses nomes que esperam ansiosos para uma resposta não poderia deixá-los a um canto, e eu necessitaria de procurar outra fonte para distribuição.

Peço encarecidamente sua pequena colaboração, por essas 100 pessoas que desejam conhecer o Brasil e nossas maravilhas.

Sem mais, aqui me despeço, pedindo desculpas por interromper seu serviço por uma carta tão desajeitada, mas fui impelida a este apelo por tantos amiguinhos do Japão.

Desde já, antecipadamente agradecimentos respeitosos,
HR.

No caderno da aluna Hissako, todo ele com cálculos matemáticos, estão registrados os intercâmbios entre jovens de duas culturas.

* * *

Para essa reflexão, selecionamos os documentos mais antigos, pertencentes ao primeiro conjunto mencionado. Procuramos, através de sua abordagem, chamar a atenção para a necessidade da preservação dos documentos escolares de várias naturezas, especialmente daqueles que carregam as marcas impressas da prática pedagógica efetivamente desenvolvida em cada espaço educacional, como é o caso dos documentos produzidos pelos próprios alunos e professores. São eles que nos permitem apreender como foram sendo apropriadas e resignificadas as propostas político-pedagógicas, a partir dos modos de vida e das várias culturas que se entrecruzavam.

A questão que permanece e que nos intriga é: Por que as produções pessoais, tais como os cadernos escolares de alunos, fundamentais como documentação histórica e para a compreensão da prática pedagógica, são “desprezados”, desqualificados e eliminados pelas pessoas que os produzem e pelas instituições que os deveriam preservar?

Acompanhando a questão acima, que remete à discussão sobre as políticas públicas de conscientização e preservação de memória educacional e cultural do país, outra se manifesta: até que ponto a produção dos sujeitos escolares, como escrita de si, é ainda considerada como não legítima, isto é, não representativa de determinado período, grupo, nação etc.? Ainda persistiria a idéia de que só a documentação oficial ou a que foi veiculada para todos, como livros, manuais etc. é que merecem ter seu arquivamento?

Os cadernos, como escritas de si, marcados pelos sujeitos que os produziram, poderiam dizer muito mais das práticas pedagógicas que os materiais arquivados que geralmente temos em nossas instituições públicas! Cabe a todos nós, alunos, educadores, pesquisadores, encontrarmos formas para garantir que não se percam, especialmente em virtude de políticas de Estado, que não aceitam a diversidade sócio cultural.

Referências bibliográficas

- ATLAS da População do Estado de São Paulo (Governo do Estado de São Paulo). São Paulo: Fundação SEADE, 1991.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1996. Vol. 1. p. 1-38.
- CAMARGO, José F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Boletim; 153).
- CANTUÁRIA, Adriana Lech. *Escola internacional, educação nacional: a gênese do espaço de escolas internacionais de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 2005. mimeo
- CARDOSO, Ruth. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DEMARTINI, Zeila de B. F. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 121-156. (Coleção Educação Contemporânea).
- _____. Culturas escolares: algumas questões para a Historiada Educação. In: GUSMÃO, N. M. (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003a. p. 135-158.
- _____. Imigração e educação: discutindo algumas pistas para pesquisa. In: INTERNATIONAL STANDING CONFERENCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION – ISCHE, 25., 2003, São Paulo. *Resumos*. São Paulo: Mackenzie, 2003b. p. 398-399.
- _____. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pró-Posições*, Campinas, v. 15, n. 3(45), set./dez. 2004a.
- _____. Immigration in Brazil: the insertion of different groups. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, New York, v. 4, n. 23, p. 69-95, 2006. ISSN: 1556-2948

- _____. *Imigração no Brasil: a inserção de diferentes grupos*. São Paulo: CERU/CNPq, 2005. mimeo
- _____. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. *História Oral*, Rio de Janeiro, n.7, p. 145-180, jun. 2004b. ISSN: 1516-7658
- _____. *Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo*. 1979. Tese (Doutorado – Departamento de Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Relatório de pesquisa: famílias japonesas e alemãs em São Paulo. São Paulo: CERU/CNPq, 1993. mimeo
- _____. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a História da Educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 72, p. 43-72, ago. 2000. ISBN: 01017330
- DEMARTINI, Z. B. F.; ESPÓSITO, Y. L. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 41, n. 10, p. 981-995, out. 1989.
- KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22. 1998. Caxambu, 27 a 30 de outubro. mimeo
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. especial, jan. 2000.
- SCOTT, A. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: CONGRESSO DE HISTORIA ECONÓMICA, Zaragoza, 2001. Mimeo.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 25, 1988.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1960.
- SIMSON, Olga R. de M. von. Diversidade sócio-cultural, reconstituição da tradição e globalização: os teuto-brasileiros de Friburgo-Campinas. In: LANG, Alice B. S. G. et al. *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1997. p. 63-75. (Coleção Textos, série 2, n. 7).
- _____. Relatório de pesquisa: famílias alemãs em Campinas. São Paulo: CERU/CNPq, 1993. mimeo

VÁRIOS AUTORES. Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.